



Scientific Electronic Archives
Issue ID: Vol.18, November/December 2025, p. 1-9
DOI: <http://dx.doi.org/10.36560/18620252118>
+ Corresponding author: lidianne.univar@gmail.com

O papel da mulher na agricultura familiar

The role of women in family farming

Mara Neiva Lima Borges Freitas, Lidianne Lemes Silva Abud⁺, Silvéria Santos da Costa, Claudênia Ferreira da Silva, Aglezio Cardoso Silva

Centro Universitário do Vale do Araguaia

Resumo. O objetivo deste trabalho é destacar que, mesmo hoje em dia, o trabalho realizado por mulheres tanto no espaço público quanto no rural frequentemente não é reconhecido nem valorizado economicamente, sendo muitas vezes visto apenas como uma assistência ao marido. A análise dos dados revela que as mulheres da agricultura familiar enfrentam desafios únicos e que, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir que elas tenham acesso pleno a todas as oportunidades e recursos necessários para prosperar. Apesar dessas dificuldades, elas se destacam por suas estratégias de superação e resiliência, muitas vezes encontrando maneiras criativas e eficazes de contribuir para o sucesso e a sustentabilidade das propriedades agrícolas. A criação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, focadas no empoderamento feminino e no apoio técnico, é essencial para o desenvolvimento sustentável do setor e para a promoção da igualdade de gênero no campo.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, assentamento, mulheres no campo.

Abstract. The aim of this paper is to highlight that, even today, the work carried out by women in both public and rural areas is often not recognized or valued economically, and is often seen only as assistance to their husbands. The analysis of the data reveals that women in family farming face unique challenges and that, despite progress, there is still a long way to go to ensure that they have full access to all the opportunities and resources necessary to thrive. Despite these difficulties, they stand out for their coping strategies and resilience, often finding creative and effective ways to contribute to the success and sustainability of agricultural properties. The creation of more inclusive and effective public policies, focused on women's empowerment and technical support, is essential for the sustainable development of the sector and for the promotion of gender equality in the countryside.

Keywords: Family farming, Settlement, Rural women.

Introdução

Quando se fala em Agricultura Familiar, a mulher sempre foi parte relevante, devido a importância na garantia pela segurança alimentar e nutricional das famílias, por participar historicamente do desenvolvimento da agricultura. A participação das mulheres em vários segmentos da sociedade tem sido uma realidade cada vez mais relevante. No entanto, a agricultura familiar, tem características distintas quando comparadas ao não familiar, onde, naquela, o trabalho e o gerenciamento são compartilhados com a família, tendo seu trabalho, moradia e gerador de renda, relação particular com a terra. Porém, em uma análise geral, as mulheres têm seu trabalho ocultado ou subjugado, não tendo

o seu devido reconhecimento, isso, devido à grande diferenciação entre homens e mulheres, que tem o reconhecimento e a valorização voltados para os trabalhos dos homens (Sá, 2019).

A agricultura familiar é um setor crucial para a produção de alimentos no Brasil e em muitas outras partes do mundo. Dentro desse contexto, a participação da mulher tem ganhado cada vez mais relevância, tanto pelo seu trabalho direto na produção quanto pelo gerenciamento e organização das propriedades. Tradicionalmente, as mulheres no campo eram vistas como auxiliares nas tarefas domésticas e na agricultura, mas hoje desempenham um papel multifacetado que vai além das funções convencionais, abrangendo desde o

plantio até a comercialização dos produtos. Elas têm contribuído significativamente para a sustentabilidade e a economia local, muitas vezes sem o devido reconhecimento social e econômico (Dos Santos, Bohn, Almeida, 2020). As mulheres sempre estiveram envolvidas nos trabalhos agrícolas, porém, suas atividades dentro da família geralmente não foram reconhecidas como trabalho genuíno, muitas vezes sendo consideradas simplesmente como assistência aos pais e aos cônjuges (Herrera, 2019).

Em diversas comunidades, elas são responsáveis não só pelo cultivo de alimentos, mas também pela preservação de sementes e práticas agrícolas sustentáveis, o que reforça sua importância para a segurança alimentar e a biodiversidade. Além disso, o trabalho das mulheres na agricultura familiar tem um impacto profundo no desenvolvimento rural. A geração de renda por meio da venda de produtos cultivados nas pequenas propriedades permite às famílias melhorar suas condições de vida e investir em educação e saúde. Muitas vezes, as mulheres participam de cooperativas e redes de comercialização, fortalecendo a economia local e promovendo a inclusão social. Em muitos casos, elas desempenham também um papel importante na transmissão de conhecimento tradicional, ensinando às gerações mais novas as técnicas agrícolas que mantêm a cultura e as tradições rurais vivas (Rodrigues *et al.*, 2021).

Por outro lado, a realidade ainda é desafiadora, embora tenha havido avanços, as mulheres agricultoras enfrentam uma série de barreiras para se firmarem como protagonistas no campo. A discriminação de gênero, a falta de políticas públicas voltadas para suas necessidades específicas e a sobrecarga de trabalho, que muitas vezes inclui tanto as tarefas domésticas quanto as agrícolas, são obstáculos significativos. Essas dificuldades refletem a persistente desigualdade no campo, onde, apesar de seu papel essencial, as mulheres ainda são sub-representadas em cargos de liderança e nas tomadas de decisões (Erazo; Costa; Silva, 2020). Por isso, é essencial que políticas públicas mais eficazes sejam implementadas para apoiar e fortalecer o trabalho das agricultoras, garantindo-lhes acesso a recursos e oportunidades iguais. Só assim será possível consolidar a importância das mulheres na agricultura familiar, promovendo maior equidade e desenvolvimento social no campo (Meus; Ethur, 2021).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é o principal órgão do Governo responsável, para que haja o equilíbrio entre o campo e a produção de alimentos, gerir a paz, produção e qualidade de vida no meio rural. A Reforma Agrária foi criada para que houvesse a concretização desses fatos. O Programa Nacional de Reforma Agrária (PRNA), lançou um documento em 2004, onde há um plano específico para a

promoção da igualdade de gênero na Reforma agrária (Brasil, 2003), o documento inicia, reconhecendo que no ambiente agrário, prevalece a figura masculina e, a intenção é tentar mudar essa situação de desigualdade. Afirma ainda que, cabe ao Estado implementar mudanças nas leis e nas instituições para viabilizar essa transformação, além de enfatizar a importância da terra, reconhece a necessidade crítica de desenvolver infraestruturas que facilitem o acesso não apenas para mulheres, mas também para outros grupos marginalizados. Além disso, destaca a urgência de uma infraestrutura que assegure a posse da terra. Houve um projeto de Lei (810/20) da Câmara dos Deputados, aprovada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, no qual, também garante que o Incra deveria adotar medidas para estimular e facilitar a titulação em nome das mulheres trabalhadoras rurais (Guimarães, 2020).

Com o objetivo de promover a igualdade de gênero e impulsionar o desenvolvimento sustentável no meio rural, é fundamental investir na transformação digital, estabelecendo redes de colaboração entre associações e associados, com foco no público feminino, permitindo identificar demandas de digitalização no campo. Fortalecer os programas de transformação digital, garantindo a inclusão das mulheres rurais, com capacitação e apoio contínuo, para que elas aproveitem o mundo digital em favor de melhorias no campo. Para isso, se faz necessário investir em formação, educação e capacitação digital, oferecendo cursos e workshops sobre o uso de ferramentas digitais, que poderão ser utilizadas para otimizar vendas, marketing digital e gestão de negócios, visando aumentar a participação dessas mulheres na economia digital (IDR, 2024).

Portanto, o objetivo deste trabalho é destacar que, mesmo hoje em dia, o trabalho realizado por mulheres tanto no espaço urbano quanto no rural frequentemente não é reconhecido nem valorizado economicamente, sendo muitas vezes visto apenas como uma assistência ao marido. Apesar dos avanços das mulheres no mercado de trabalho, é evidente que isso acontece de forma mais significativa nas áreas urbanas. Pois no meio rural, a cultura conservadora dificulta a igualdade profissional feminina. A falta de reconhecimento não é o único obstáculo; a mudança de valores, a efetivação das leis e a melhoria em diversas áreas, como a social, política e econômica, são fundamentais para alcançar a equidade do programa.

Materiais e Métodos

A pesquisa foi realizada em um assentamento rural localizado no município de Barra do Garças/MT, composto por 102 lotes, dos quais 58 mulheres diretamente envolvidas nas atividades agrícolas foram entrevistadas. Nesse contexto, realizou-se a análise de dados primários e secundários, com o objetivo de levantar requisitos e

compreender as necessidades e expectativas das partes interessadas. Para tanto, aplicaram-se entrevistas e questionários, que possibilitaram a coleta de opiniões e depoimentos, articulados à revisão da literatura sobre a temática de gênero em áreas rurais.

O estudo contemplou a coleta de dados em campo, tratando-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, realizada em comunidades rurais que praticam agricultura familiar. A seleção das propriedades buscou garantir diversidade em termos de tamanho, tipo de cultivo e contexto socioeconômico. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma presencial ou, quando necessário, por videoconferência. O roteiro contemplou questões referentes aos papéis e responsabilidades das mulheres na propriedade, desafios e estratégias de superação, percepções sobre o impacto de suas contribuições tanto na unidade produtiva quanto na comunidade, além do acesso a recursos e apoio institucional.

No que se referem aos aspectos éticos, todas as participantes foram previamente informadas sobre os objetivos do estudo, sendo obtido o consentimento livre e esclarecido antes da participação. A identidade das entrevistadas e o nome do assentamento foram preservados, assegurando-se o uso exclusivo dos dados para fins científicos. A pesquisa também respeitou as práticas culturais e sociais das comunidades envolvidas. Os dados coletados foram analisados qualitativamente. As entrevistas e grupos focais foram transcritos e examinados por meio de métodos de análise temática, possibilitando a identificação de categorias e temas que permitiram compreender as experiências e contribuições das mulheres.

Resultados e Discussão

A análise da distribuição etária e do nível de escolaridade das mulheres entrevistadas (Tabela 1) evidencia o perfil social das agricultoras inseridas no assentamento estudado. Observou-se que a idade média foi de 49,36 anos, com mediana de 55 anos, indicando predominância de mulheres maduras e experientes no meio rural. A amplitude interquartil (10 anos) revelou concentração significativa entre 45 e 55 anos, faixa etária caracterizada por forte inserção produtiva e pela acumulação de responsabilidades familiares e comunitárias. Esse

achado corrobora análises de Neves (2007), que destaca a relevância da mulher adulta e idosa como figura central na manutenção da agricultura familiar e na transmissão de saberes tradicionais.

No que se refere à escolaridade, a mediana situou-se no Ensino Médio Completo, enquanto o primeiro quartil foi identificado no Fundamental Incompleto e o terceiro quartil manteve-se no Ensino Médio Completo. Essa configuração sugere que, embora haja avanços educacionais em parte das entrevistadas, a escolarização ainda é limitada, com predominância de baixa a média formação acadêmica. O acesso restrito ao ensino superior (apenas 6 mulheres) evidencia as barreiras históricas enfrentadas pelas mulheres rurais, como dificuldades de mobilidade, escassez de políticas públicas inclusivas e sobrecarga de trabalho doméstico e produtivo em consonância com a análise de Hora e Xavier (2018), que ressaltam as restrições estruturais que limitam a emancipação feminina no campo.

Esses resultados revelam que a atuação feminina na agricultura familiar é marcada pela experiência prática associada a um capital educacional reduzido, o que pode limitar o acesso a inovações tecnológicas e a programas de capacitação formal. Entretanto, a forte presença de mulheres em idade produtiva e com ensino médio consolidado indica potencial para o fortalecimento de ações de extensão rural e de políticas públicas voltadas à formação técnica e gestão da produção agrícola, capazes de ampliar a autonomia feminina e a sustentabilidade dos sistemas familiares de produção.

Há um projeto na Câmara dos Deputados que apresenta ações de um projeto rural sustentável, com o objetivo principal de valorizar e fortalecer o papel das mulheres e dos jovens na agricultura brasileira (Ferreira, 2023). Projeto esse que, contribuiria de várias maneiras, o enfrentamento às grandes mudanças no setor como, proteção, restauração e gerenciamento dos recursos naturais. Isso porque, no último censo agropecuário (IBGE, 2017), assim como nos dias atuais, foram observadas maior concentração de trabalhadores da Agricultura Familiar numa faixa etária superior a 55 anos, enquanto na agricultura não familiar, apresenta uma faixa etária de produtores de até 55 anos.

Tabela 1 – Distribuição etária e nível de escolaridade das mulheres agricultoras entrevistadas em assentamento de reforma agrária (n=58).

	Média	MD*	Q1**	Q3**	AI****
Idade (anos)	49,36	55	45	55	10
Escolaridade	-	EMC	14,5	43,5	FI-EMC

Legenda: *MD = Mediana; **Q1 = Primeiro Quartil; ***Q3 = Terceiro Quartil; ****AI = Amplitude Interquartil. FI = Fundamental Incompleto; EMC = Ensino Médio Completo. Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Observa-se, ainda, que houve um

decréscimo de mais de 2 milhões de trabalhadores em propriedades familiares, enquanto, nas propriedades declaradas como não familiares, ocorreu o oposto: um acréscimo de mais de 700 mil trabalhadores (IBGE, 2017). Isso remete à ideia de que não há um incentivo efetivo por parte dos governantes que, em geral, elaboram muitos projetos voltados a essa categoria, mas que, na prática, não apresentam o desdobramento esperado. Muitos jovens estão deixando a agricultura familiar em busca de melhores oportunidades nas áreas urbanas, o que leva ao esvaziamento do meio rural, possivelmente em razão da baixa remuneração do trabalho familiar (Monteiro *et al.*, 2024).

O que ocorre com muitos jovens trabalhadores que apreciam o campo é que eles vão para as cidades a fim de se qualificarem em cursos superiores. Entretanto, depois de formados, em vez de retornarem para a sucessão da propriedade familiar, buscam empregos em grandes propriedades, onde têm chances de obter melhor remuneração. Os poucos jovens que permanecem nas propriedades com os pais, muitas vezes, não encontram amparo governamental que lhes permita alcançar crescimento econômico. Assim, seguem lutando junto às autoridades para conseguir avançar. A melhoria das condições de vida do jovem rural passou a ser considerada uma forma de mantê-lo no campo, evitando a migração para as cidades (BRASIL, 2012).

A escolaridade é outro ponto importante, pois, como visto, a maioria varia entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, havendo equivalência entre aqueles que não concluíram o Ensino Fundamental e os que concluíram o Ensino Médio. A falta de escolas, a necessidade de trabalhar na roça e o pouco incentivo familiar para estudar limitam as oportunidades dos filhos de agricultores, perpetuando um ciclo de baixa escolaridade e dificultando o desenvolvimento pessoal e profissional (Abreu; Oliveira; Roboredo, 2021). A educação é fator chave para o desenvolvimento e a competitividade no mercado agrícola, e um nível educacional básico pode ser uma barreira ao avanço dessas agricultoras. Uma formação mais abrangente e o acesso a conhecimentos que auxiliem na resolução dos problemas enfrentados pela agricultura familiar, como fatores climáticos, pragas e doenças, além do manejo adequado do solo, podem contribuir para melhorar a produção, aumentar a diversidade e garantir produtos de maior qualidade e competitividade no mercado local.

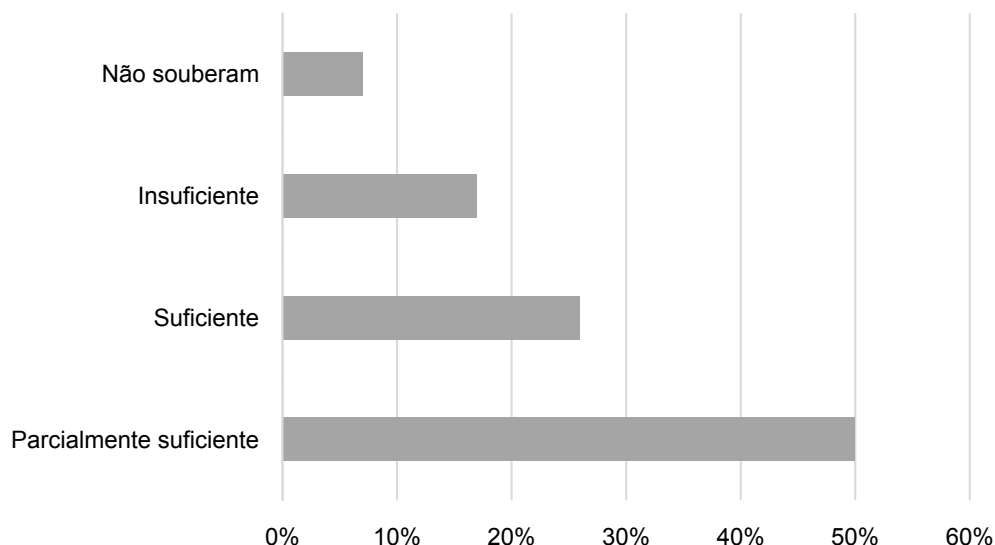
Outro aspecto importante observado na maioria das entrevistadas é a percepção sobre as

políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Conforme a Figura 1, 50% consideram o apoio técnico recebido apenas parcialmente suficiente, 25,9% o julgam suficiente, 18% o classificam como insuficiente e 6% não souberam responder. Esses resultados evidenciam que, embora existam programas voltados à agricultura familiar, eles não estão sendo eficazes em atingir o público-alvo ou em atender às necessidades específicas das mulheres.

O Pronaf, programa que visa oferecer crédito e suporte técnico, representa um avanço significativo no reconhecimento da importância dos agricultores familiares, tradicionalmente marginalizados nas políticas agrícolas (Leite, 2021). Contudo, a insatisfação com as políticas públicas voltadas à agricultura familiar é recorrente entre as mulheres do campo, que frequentemente se sentem esquecidas e desamparadas pelos programas governamentais. Muitas avaliam essas políticas como insuficientes e pouco eficazes. A demanda por políticas mais inclusivas e efetivas também pode estar relacionada à falta de suporte técnico adequado. Embora 77,6% das mulheres afirmem ter recebido algum tipo de apoio técnico, apenas 25,9% consideram que esse apoio foi suficiente para melhorar sua atuação na agricultura familiar, enquanto 50% afirmam que foi apenas parcialmente suficiente. A oferta de treinamentos inadequados, ou mesmo sua ausência, pode acarretar dificuldades no desenvolvimento das atividades agrícolas.

Os dados apresentados nas Figuras 1 e 2 evidenciam uma clara disparidade entre o que é oferecido e o que realmente é necessário para que as mulheres agricultoras possam se desenvolver plenamente no setor. A ausência de suporte técnico adequado pode ter impactos profundos na sustentabilidade e no desenvolvimento desse segmento, especialmente considerando o papel fundamental das mulheres no cultivo e na gestão familiar de pequenas propriedades agrícolas. A falta de apoio técnico e financeiro não apenas compromete a produção, mas também limita a independência financeira das agricultoras e a possibilidade de construção de negócios prósperos. Houve relatos, por exemplo, de mulheres que participaram de palestras ministradas por agentes públicos sobre a liberação de crédito para a construção de galinheiros eficientes, com vistas ao aumento da produção de carne e ovos. Contudo, ao solicitarem o crédito, não conseguiram a devida liberação em razão de entraves burocráticos. Esse problema foi relatado por várias entrevistadas que, pela falta de conhecimento e apoio técnico, acabaram não obtendo o financiamento necessário.

Figura 1. Distribuição das respostas das mulheres agricultoras sobre a suficiência do apoio técnico recebido na Agricultura Familiar.



As políticas públicas não dizem respeito apenas à disponibilização de recursos financeiros e suporte técnico por parte do Governo Federal, mas também à inclusão social dessas mulheres como empreendedoras do setor agrícola. Muitas produzem hortaliças, aves, leite e queijos, mas, em geral, só conseguem comercializar seus produtos em suas comunidades, em pequenas quitandas ou feiras locais. A dificuldade de acesso a mercados mais amplos restringe suas oportunidades de geração de renda e de melhoria da qualidade de vida. Essa situação é agravada pela carência de políticas públicas voltadas à inclusão dessas mulheres no mercado e à valorização de sua produção. Projetos que visem captar recursos para financiar ações de orientação, produção e disseminação de conhecimento, bem como o fortalecimento da articulação entre diferentes atores da cadeia produtiva, são fundamentais. A meta principal é promover a autonomia e o fortalecimento tanto dos agricultores familiares quanto das organizações envolvidas, incentivando a permanência da juventude no campo e valorizando o trabalho feminino (Dellagostin, 2020). Nesse contexto, observa-se que governos estaduais e municipais, em especial, não apresentam políticas consistentes que incentivem essas mulheres a produzirem mais e com maior qualidade, assegurando que seus produtos possam alcançar redes de supermercados, hotéis e restaurantes — locais que, muitas vezes, compram os mesmos itens de centros comerciais maiores.

O papel das políticas de reforma agrária também foi discutido no questionário, revelando uma opinião majoritariamente positiva em relação à priorização de famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade. Entretanto, essa percepção positiva não se traduz, necessariamente,

em fortalecimento concreto dessas famílias. Embora 70,7% das entrevistadas afirmem que a reforma agrária prioriza mulheres vulneráveis, muitas enfrentam dificuldades reais no dia a dia para transformar a posse da terra em fonte de renda sustentável. A falta de acesso a recursos financeiros e a treinamentos técnicos de qualidade continua a ser um obstáculo relevante para a plena inclusão dessas famílias no mercado produtivo. Mesmo quando as políticas estabelecem prioridade para mulheres, sem a destinação adequada de recursos e capacitação, seus efeitos permanecem limitados.

Outro ponto central revelado pelo questionário diz respeito ao respeito e reconhecimento que as mulheres recebem no trabalho com a agricultura familiar (Figura 2). A maioria das participantes (82,8%) relatou sentir-se respeitada e valorizada, o que é um indicador positivo, sugerindo uma crescente valorização do trabalho feminino no setor. Contudo, a ausência de apoio técnico, de financiamento adequado e de inclusão social abrangente ainda se destaca como um dos maiores desafios enfrentados. É urgente a necessidade de ampliar o acesso ao crédito para as mulheres agricultoras, de modo que possam investir em seus negócios, aumentar a produção e melhorar sua qualidade de vida. O financiamento adequado é um elemento fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar.

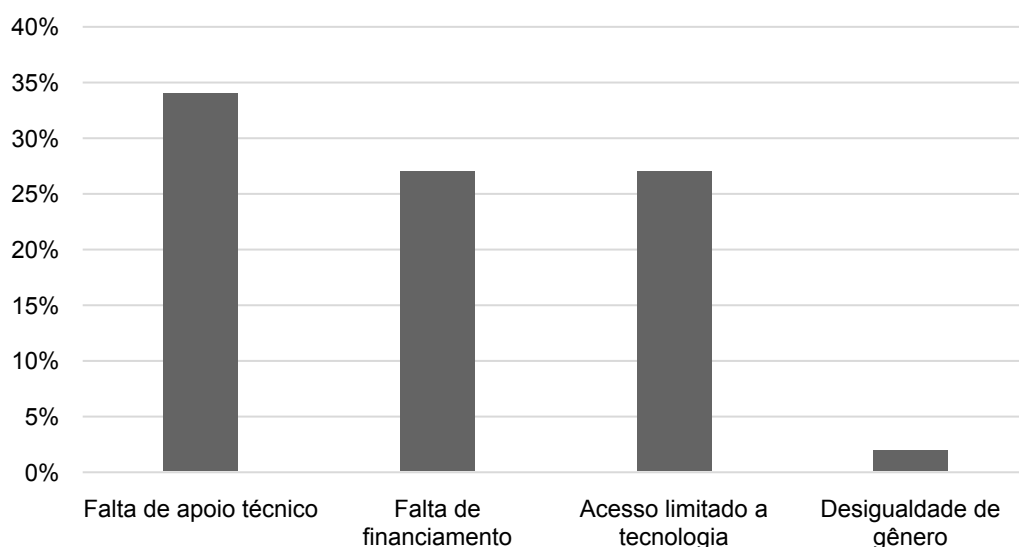
Existe, inclusive, um Projeto de Lei que objetiva incluir agricultores familiares e suas cooperativas, já vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no rol de beneficiários do Fundo Garantidor de Operações (FGO), além de ampliar a participação do Poder Executivo Federal nesse fundo (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR). Embora o setor

apresente grande potencial de crescimento, os pequenos agricultores — base da agricultura familiar — ainda enfrentam sérios desafios, como a dificuldade de acesso ao crédito rural, essencial para a gestão das propriedades. Apesar da relevância da agricultura familiar para o PIB e para a sustentabilidade, esses agricultores não recebem o apoio necessário em termos de incentivos e acesso a tecnologias (Balieiro, 2017).

No tocante às dificuldades apontadas, 27% das entrevistadas mencionaram o acesso

limitado à tecnologia, enquanto apenas 2% relacionaram os obstáculos à desigualdade de gênero (Figura 2). Esses elementos são essenciais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Sem eles, as mulheres agricultoras enfrentam obstáculos na implementação de novas tecnologias, na melhoria da produtividade e na conquista de maior autonomia financeira. A falta de acesso a financiamento, em particular, restringe as possibilidades de crescimento das propriedades e perpetua um ciclo de vulnerabilidade econômica.

Figura 2. Distribuição das principais dificuldades relatadas pelas mulheres agricultoras familiares, relacionadas ao apoio técnico, financiamento, desigualdade de gênero e acesso à tecnologia.



A autonomia das mulheres na gestão de suas propriedades também foi um tema abordado no questionário. Cerca de 53,4% das entrevistadas afirmaram ter autonomia suficiente para gerir seus negócios na agricultura familiar, enquanto 41,4% consideraram que essa autonomia é apenas parcial. Esses dados sugerem que, embora algumas mulheres já tenham alcançado um nível significativo de controle sobre as atividades produtivas, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a maioria das agricultoras familiares consiga administrar suas propriedades de forma independente e sustentável. Essa autonomia parcial pode estar diretamente relacionada à necessidade de compartilhamento das decisões com o cônjuge.

Os fatores analisados também indicam que muitas mulheres enfrentam barreiras significativas no acesso à informação e aos programas de capacitação oferecidos pelo governo e por outras organizações. Sem treinamento técnico especializado, essas agricultoras não conseguem acompanhar as inovações tecnológicas e as melhores práticas agrícolas, o que as coloca em desvantagem no mercado. A capacitação técnica é essencial para que as mulheres possam melhorar sua produtividade, reduzir custos e aumentar sua

competitividade. A ausência de treinamento contínuo e adaptado às necessidades específicas dessas agricultoras configura-se como uma das maiores lacunas no apoio governamental.

Outro ponto relevante destacado pelos dados refere-se à percepção de que as políticas públicas de reforma agrária não atendem adequadamente às necessidades das mulheres agricultoras. Um total de 62,1% das respondentes afirmou que essas políticas não conseguem suprir as demandas específicas das mulheres no campo. Esse resultado reforça a necessidade de revisão dessas políticas, a fim de torná-las mais inclusivas e eficazes na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento econômico das agricultoras familiares. Apesar de bem-intencionadas, muitas dessas políticas falham em sua implementação, deixando mulheres em situação de vulnerabilidade sem o suporte necessário para prosperar.

Além disso, as entrevistadas demonstraram opiniões distintas sobre quais políticas públicas seriam mais eficazes para fortalecer seu papel na agricultura familiar. Para 44%, o acesso a financiamentos específicos seria a medida mais importante; 37% defenderam a criação de programas de inclusão social; e 19% apontaram

a necessidade de mais apoio técnico especializado. Esses dados mostram que, embora o financiamento seja considerado crucial, existe também uma demanda significativa por políticas que promovam a inclusão social e o fortalecimento de redes de apoio entre as mulheres agricultoras. O empoderamento feminino no campo vai além do acesso a crédito: requer um ambiente que permita organização coletiva, compartilhamento de conhecimentos e defesa de direitos. A participação feminina, portanto, não se limita à produção agrícola, mas representa um marco de transformação social, capaz de inspirar mais mulheres a se engajarem no setor e contribuir para um futuro mais promissor da agricultura (Manganelli, 2022).

A questão das oportunidades iguais entre homens e mulheres na agricultura familiar também foi amplamente discutida. Um total de 91% das entrevistadas declarou acreditar que as mulheres de sua comunidade possuem as mesmas oportunidades que os homens, o que indica um avanço na percepção de igualdade de gênero. No entanto, é importante destacar que, apesar dessa visão positiva, persistem desafios estruturais que afetam de forma desproporcional as mulheres. De forma geral, a análise dos dados mostra que as agricultoras familiares enfrentam desafios específicos, relacionados ao acesso a recursos, capacitação e financiamento. Apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir que essas mulheres tenham acesso pleno às oportunidades e aos meios necessários para prosperar. A criação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, centradas no empoderamento feminino e no suporte técnico, é fundamental para o desenvolvimento sustentável do setor e para a promoção da igualdade de gênero no campo.

A agricultura familiar no Brasil é reconhecida como base essencial da produção de alimentos, desempenhando papel estratégico na segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável do país. De acordo com a Lei nº 11.326/2006, essa modalidade é caracterizada por famílias que obtêm a maior parte de sua renda do trabalho no campo e mantêm a gestão direta de suas propriedades (Brasil, 2006). Contudo, existe uma disparidade significativa entre a teoria e a prática no que diz respeito às políticas públicas voltadas para esse setor, particularmente para famílias lideradas por mulheres. O governo brasileiro tem implementado diversas políticas de apoio, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ambos foram concebidos para oferecer crédito, assistência técnica e garantir a compra de produtos da agricultura familiar por órgãos públicos. Entretanto, relatos e estudos indicam que essas iniciativas frequentemente não alcançam os grupos mais necessitados, como mulheres chefes de família (Do Vale, 2019; Balieiro, 2017). Barreiras burocráticas, falta de informações acessíveis e dificuldades no

acesso ao crédito são problemas recorrentes que limitam sua eficácia. Ademais, muitas políticas concentram-se excessivamente no aspecto econômico da produção agrícola, negligenciando as dimensões sociais e as desigualdades de gênero que permeiam o campo.

A reforma agrária, outro mecanismo importante para a redistribuição de terras no Brasil, deveria, em teoria, priorizar famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade. A legislação brasileira reconhece a importância de garantir a essas famílias acesso à terra como forma de justiça social. Na prática, entretanto, muitas mulheres enfrentam sérias dificuldades após a aquisição da terra. A falta de capacitação técnica e de suporte contínuo torna mais desafiadora a conversão dessas áreas em fontes sustentáveis de renda. Sem conhecimento adequado e apoio para a gestão das propriedades, essas agricultoras frequentemente encontram barreiras para transformar a posse da terra em prosperidade econômica.

O apoio técnico direcionado às mulheres é uma das áreas em que as políticas públicas mais falham. A ausência de assistência técnica e de consultoria especializada limita a capacidade das agricultoras de desenvolver habilidades no manejo da terra, na gestão da produção e na comercialização. Essa lacuna perpetua um ciclo de desigualdade, reforçando a desvalorização do papel feminino na produção agrícola. Enquanto, em teoria, as políticas públicas destinadas à agricultura familiar são inclusivas, a realidade mostra uma disparidade preocupante. Muitas famílias plenamente beneficiadas por essas políticas já dispõem de alguma capacidade financeira, técnica e de conhecimento prévio. Esse grupo, por estar em posição mais vantajosa, acessa com maior facilidade crédito agrícola, maquinário e assistência técnica, em contraste com famílias em situação de vulnerabilidade. A falta de atenção às necessidades específicas dos agricultores mais carentes evidencia uma falha estrutural das políticas públicas, que deveriam priorizar grupos vulneráveis, como mulheres e minorias.

Outro aspecto relevante é a ausência de programas de treinamento específicos para mulheres na agricultura familiar. Frequentemente, as agricultoras ficam à margem das iniciativas de capacitação e desenvolvimento, o que perpetua a desigualdade. Elas necessitam de acesso a informações sobre novas técnicas agrícolas, gestão financeira e estratégias de comercialização. A falta de capacitação especializada reduz sua competitividade em um mercado cada vez mais exigente em termos de profissionalização e inovação. A assistência técnica é crucial para o sucesso da agricultura familiar, mas os dados revelam que o atendimento especializado nas propriedades ainda é insuficiente. Apesar dos investimentos financeiros, os pequenos produtores carecem de suporte técnico adequado para

aumentar sua produtividade e renda (Do Vale, 2019).

Portanto, é evidente que as políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil necessitam de reformas significativas. O governo deve adotar uma abordagem mais inclusiva e equitativa, garantindo que essas políticas não apenas se restrinjam ao plano teórico, mas efetivamente atendam às necessidades dos agricultores mais vulneráveis, com ênfase nas mulheres. O suporte contínuo, aliado ao treinamento especializado e à consultoria técnica, é crucial para garantir a sustentabilidade e o crescimento das famílias chefiadas por mulheres. A implementação eficaz dessas políticas deve considerar as barreiras práticas enfrentadas pelas agricultoras e propor soluções para superá-las. O desenvolvimento de programas que ofereçam capacitação técnica específica, assistência financeira e apoio permanente são fundamentais para a construção de um ambiente mais justo e igualitário. Sem essas mudanças, a agricultura familiar no Brasil continuará marcada por desigualdades, limitando o potencial de crescimento e prosperidade de famílias que sustentam uma parte vital da produção alimentar do país.

Considerações Finais

Essa pesquisa revelou a importância fundamental das mulheres na agricultura familiar e destacou suas contribuições essenciais para a gestão e sustentabilidade das propriedades agrícolas, evidenciando que elas desempenham papéis diversos e cruciais, não apenas na execução das atividades diárias, mas também na tomada de decisões e na preservação das tradições e conhecimentos do campo.

Constatou-se que as mulheres enfrentam desafios significativos, como a falta de acesso a recursos, oportunidades de capacitação e reconhecimento formal de suas habilidades. Apesar dessas dificuldades, demonstram resiliência e criatividade, encontrando estratégias eficazes para contribuir com o sucesso e a continuidade das propriedades familiares. Contudo, permanece a necessidade urgente de políticas e práticas que promovam maior equidade, garantindo às mulheres o mesmo acesso a oportunidades e recursos disponíveis aos homens. Ressalta-se, ainda, a importância de fortalecer redes de apoio e ampliar a oferta de educação e treinamento específicos para agricultoras familiares.

Conclui-se que, para maximizar o potencial feminino nesse setor, é imprescindível valorizar suas contribuições e considerar suas necessidades específicas na formulação de estratégias públicas e privadas. As recomendações desta pesquisa sugerem maior investimento em políticas de apoio, programas de capacitação e iniciativas que promovam a igualdade de gênero no campo, não apenas para melhorar a qualidade de vida das mulheres, mas também para fortalecer a

agricultura familiar como um todo, assegurando sua sustentabilidade e desenvolvimento a longo prazo.

Referências

ABREU, C.; OLIVEIRA, A. L. A.; ROBOREDO, D. A agricultura familiar no estado de Mato Grosso: Um olhar a partir do Censo Agropecuário 2017. *Revista de Ciências Agroambientais*, Cuiabá-MT, v. 19, n. 2, p. 82-92, set. 2021.

BALIEIRO, N. Desafios encontrados pela agricultura familiar na aquisição de financiamentos. *Revista Científica Eletrônica da UNIFASC*, Itumbiara, v. 1, maio 2024. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Unifasc+desafios+encontrados+pela+agricultura+familiar+na+aquisi%C3%87%C3%83o+de+financiamentos>. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Com redução de juros para produção de alimentos: Plano Safra da Agricultura Familiar chega ao recorde de R\$ 76 bilhões. Brasília, 03 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/comida-no-prato-com-reducao-de-juros-para-a-producao-de-alimentos-basicos-psaf-chega-ao-recorde-de-r-76-bilhoes-no-credito-rural>. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário ; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*. Brasília: MDA ; INCRA, 2003. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_reforma_agraria_2.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-estudos-1/1-juventude-rural-agricultura-familiar-e-politicas-de-acesso-a-terra-no-brasil.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

DELLAGOSTIN, R. T. B. Projeto municipal de incentivo à produção e consumo de alimentos agroecológicos: Caderno de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe, v.15, n. 2, 2020.

DO VALE, D. Agricultura familiar tem só 20% de acompanhamento técnico. *Gazeto do Povo*. 11 out. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agric>

ultura-familiar/assistencia-tecnica-na-agricultura-familiar-no-brasil/.Acessado em: 14 out. 2024.

DOS SANTOS, J. B.; BOHN, L.; ALMEIDA, H. J. F. O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. Textos de economia, v. 23, n. 1, p. 1-27, 2020.

ERAZO, R. L; COSTA, S. C. F das C; SILVA, L. J. S. A importância da mulher na agricultura familiar: Comunidade Lago Janauacá, Careiro Castanho-AM. Terceira Margem Amazônia, v. 6, n. 15, p. 242-255, 2020.

FERREIRA, C. Jovens Agricultores reivindicam políticas públicas para garantir permanência no campo. Câmara dos Deputados, Brasília, 18 de mar de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/948872-jovens-agricultores-reivindicam-politicas-publicas-para-garantir-permanencia-no-campo/>.Acessado em: 14 de out de 2024.

GUIMARÃES, José. Projeto de Lei nº 810, de 2020. Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para que se estimule e facilite a titulação de terras a mulheres trabalhadoras rurais no âmbito da reforma agrária. Câmara dos Deputados, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2241668>. Acesso em: 3 set. 2025.

HERRERA, K.M. A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. Tese de Doutorado em Sociologia Política. Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2019.

HORA, K. S.; XAVIER, L. A. Trabalho feminino na agricultura familiar: desafios e perspectivas. Revista NERA, n. 41, p. 219-241, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2736/273659740012/html/>. Acessado em: 14 out. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Cidades. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 de out. de 2024.

IDR - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ. Mulheres rurais fazem curso de inclusão digital. 8 ago. 2024. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Noticia/Mulheres-rurais-fazem-curso-de-inclusao-digital>. Acesso em: 3 set. 2024.

LEITE, M. L. dos S. Políticas públicas: agricultura familiar e sustentabilidade. 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAE e-Books, 2021. 212 p.

MANGANELLI, T. A. Empoderamento feminino no campo. Revista Arco. Santa Maria, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/empoderamento-feminino-no-campo>. Acessado em: 14 out. 2024.

MEUS, A. G. A.; ETHUR, L. Z. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. Revista Conexão UEPG, n. 17, p. 31, 2021.

MONTEIRO, et al. Sucessão na Agricultura Familiar Brasileira: Revisão sistemática da literatura. Revista de Educação no Campo UFNT, Tocantinópolis, v.9, p. 5, 2024.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o papel da mulher. Revista Estudos Feministas, v. 15, n. 2, p. 457-463, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/HdXRBhVQZ8s3VnYf6grqf4L/>. Acessado em: 14 out. 2024.

RODRIGUES, H. E. et al. Mulheres na agricultura familiar: uma análise no estado do Pará. Guaju, v. 7, n. 2, p. 237-263, 2021.

SÁ, J. T. Análise do papel da mulher na agricultura familiar do Rio Grande do Sul. Cotidiano das mulheres rurais. Tese de Doutorado em Sociologia Política. Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2019.